



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS - CGAD

PARECER n. 00284/2021/CONJUR-MMA/CGU/AGU

NUP: 02000.004917/2021-41

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONTINUIDADE DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. PROGRAMA ARPA. EXECUTORES FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO E ESTADO DO AMAZONAS. INTERVENIÊNCIA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. PARECER TÉCNICO FAVORÁVEL. VIABILIDADE. RECOMENDAÇÕES.

Senhor Consultor Jurídico,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo encaminhado a esta CONJUR/MMA, solicitando manifestação quanto à viabilidade jurídica da celebração de novo Acordo de Cooperação (SEI 0773775), a fim de permitir a continuidade do arranjo institucional construído entre o Estado do Amazonas (órgão gestor das Unidades de Conservação estaduais - OG) e o FUNBIO (Executor financeiro do Projeto), para a efetiva consecução do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA.
2. A unidade técnica se manifestou por meio da Nota Técnica nº 985/2021-MMA (SEI 0772159), na qual faz uma explanação acerca do Projeto ARPA e da importância da sua continuidade aduzindo, em síntese, as razões que levaram à expiração da vigência do Acordo então vigente, bem como, a conveniência e oportunidade da continuidade, especialmente no que toca a Região Amazônica.
3. Foram juntados aos autos os seguintes documentos:
 - a) minuta do Acordo (SEI 0773775);
 - b) minuta do Plano de Trabalho (SEI 0773777);
 - c) documentos do representante do Estado do AM (SEI 0772279 a 0772291);
 - d) DESPACHO Nº 29428/2021-MMA (SEI 0773779).
4. É o breve relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

5. *Ab initio*, cumpre ressaltar que o exame desta Consultoria Jurídica se dá nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993. Portanto, embora seja atribuição desta Consultoria o assessoramento jurídico acerca do controle interno da legalidade dos atos administrativos, a presente análise não adentrará em aspectos técnicos, financeiros ou orçamentários, bem como na avaliação acerca da conveniência e oportunidade da prática de atos administrativos, em cumprimento às competências normativamente delimitadas.
6. Constata-se que consiste em mais uma expiração do prazo de vigência de Acordo de Cooperação, que inviabilizou a sua prorrogação em tempo hábil, conforme determina a legislação.
7. Cumpre alertar que tem se tornado rotineira a expiração do prazo de vigência de instrumentos, especialmente Acordos de Cooperação, sob a reiterada justificativa de que a causa foi a reorganização institucional promovida no âmbito dessa Pasta Ministerial. A justificativa não parece consistente, visto que independentemente da organização institucional, os instrumentos firmados pelo Ministério do Meio Ambiente devem continuar sendo monitorados pelas autoridades e técnicos competentes, a fim de evitar prejuízos à execução das políticas públicas ambientais, ou mesmo prejuízos de ordem financeira ou orçamentária.
8. Nesse sentido, alerta-se o gestor para adotar maior cautela no acompanhamento de tais instrumentos, a fim de evitar quaisquer prejuízos e eventuais questionamentos futuros por órgãos de controle interno ou externo.
9. Ultrapassado esse ponto e considerando que não compete a esta Consultoria Jurídica avaliar a decisão do gestor em firmar novamente o Acordo para a sua continuidade, passa-se à análise dos aspectos jurídicos do instrumento.
10. Depreende-se dos autos, que o Acordo de Cooperação firmado entre o Estado do Amazonas (órgão gestor das Unidades de Conservação estaduais - OG) e o FUNBIO (Executor financeiro do Projeto), para a efetiva consecução do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, regido pelo Decreto nº 8.505/15, e que possui os seguintes objetivos:

- I - apoiar a criação e a consolidação de unidades de conservação federais e estaduais de proteção integral e de uso sustentável na região amazônica que integram o Programa;
- II - auxiliar a manutenção das unidades de conservação federais e estaduais de proteção integral e de uso sustentável na região amazônica que integram o Programa, conforme seus manuais e normas;
- III - propor mecanismos que garantam a sustentação financeira das unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável em longo prazo; e
- IV - promover a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.

11. A fim de possibilitar a implementação e execução do Programa ARPA, foi firmado Acordo de Cooperação entre MMA e FUNBIO, a fim de formalizar as obrigações já assumidas no âmbito do Programa e que encontram-se definidas no Manual Operacional do Projeto - MOP. Referido Acordo foi formalizado no bojo do processo administrativo NUP 02000.002272/2002-40.

12. Sobre o Programa e a importância de sua continuidade, pede-se vênia para transcrever trechos da NOTA INFORMATIVA nº 188/2020-MMA, produzida pela Secretaria de Biodiversidade no processo NUP 02000.002272/2002-40, quando da análise do Acordo de Cooperação entre MMA e FUNBIO, *verbis*:

Para que as atividades do Programa pudessem ser desenvolvidas, firmou-se um Acordo de Cooperação entre o MMA e o FUNBIO. No entanto, esse Acordo de Cooperação expirou em maio de 2019. Um Novo Acordo foi encaminhado ao Gabinete da SBio (GAB/SBio) em outubro do mesmo ano pois, em função das alterações ocorridas na estrutura da administração federal, incluindo o Ministério do Meio Ambiente, ao longo do primeiro semestre de 2019 e ainda em curso, não houve tempo hábil nem condições administrativas para encaminhar a prorrogação do referido Acordo antes do término do seu prazo de validade, conforme indicado na Nota Informativa 1840/2019-MMA (0500647). Entretanto, em função da solicitação de complementações pela CONJUR em 12/11 (0495201), o processo foi reencaminhado pelo Departamento de Áreas Protegidas - DAP ao GAB/SBio, com as complementações solicitadas, em 06/12 e, por meio desta, solicita-se que sejam encaminhadas para apreciação da CONJUR. Após essa etapa, ainda será necessária a assinatura do mesmo por todas as partes envolvidas.

(...)

A necessidade de um novo Acordo de Cooperação para o Programa ARPA se dá em função da duração das ações do Programa já em andamento desde 2002 e com término previsto para 2039, estipulados pelo Decreto 8.505/2015 - SEI 0448550, (que substituiu o Decreto 4.326/2002), corroboradas pelo e Decreto 10.140, de 28 de novembro de 2019 (SEI 0523215), que revisa e revalida a estrutura do Comitê do Programa. Ambos ainda vigentes.

Além dos decretos, o Manual Operacional do Programa Arpa (SEI0448543), estabelece e descreve o arranjo institucional do Programa, sua estrutura legal e de execução, indicando o MMA como coordenador do Programa e elencando as diversas atribuições do órgão em relação ao ARPA, principalmente em seu *Capítulo 5. Arranjo Institucional do Programa ARPA* e em seu subitem *5.1. O Ministério do Meio Ambiente*.

Informamos ainda que o Programa ARPA faz parte do planejamento mais amplo do DAP que, tendo em vista a complexidade e magnitude de suas atribuições enquanto coordenador do SNUC e a limitação orçamentária do MMA e consequentemente da SBio, conta com diversos Programas e Projetos de Cooperação Internacional construídos, coordenados e implementados de forma integrada e complementar que garantem as ações do Departamento tanto no nível nacional como de forma mais eficiente em cada bioma brasileiro.

Nesse contexto, o Programa ARPA, o maior programa de conservação de florestas tropicais do mundo, é o maior Programa coordenado pelo Departamento voltado para a região Amazônica, garantindo o cumprimento das atribuições da DAP nesse bioma. Destaca-se que seu objetivo, metas e componentes contribuem diretamente para a consolidação do SNUC na Amazônia, por meio do apoio à implementação da gestão de 60.000.000 de hectares em unidades de conservação: execução de seus planos de manejo, funcionamento dos conselhos gestores, implementação das atividades de uso público, incluindo turismo, promoção das cadeias produtivas sustentáveis, monitoramento e conservação dos ecossistemas e da biodiversidade. O Programa apoia ainda a implementação de políticas voltadas ao planejamento e sustentabilidade financeira do subsistema de unidades de conservação da Amazônia, garantindo também a renda e economia local das comunidades residentes nessas regiões, fomentando a bioeconomia.

Tais metas estão diretamente refletidas nas atribuições do MMA estabelecidas pelo Decreto 9.672/2019, em seu artigo 15º, das quais destaco:

- I - subsidiar a formulação e a definição de políticas, projetos e estratégias para a conservação das unidades de conservação e dos espaços territoriais especialmente protegidos;*
- II - apoiar a coordenação do SNUC, incluído o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação;*
- III - articular e fomentar a participação dos órgãos ambientais federais, estaduais, distrital e municipais, e da sociedade civil para ampliação e consolidação do SNUC;*
- IV - propor, desenvolver e avaliar instrumentos de projeção de custos e alternativas para a*

gestão técnica e financeira e de captação de recursos para o SNUC;

IX - coordenar, no âmbito de suas competências, a implementação dos acordos internacionais relacionados às áreas protegidas;

X - coordenar com a Secretaria de Ecoturismo as ações necessárias para o aproveitamento turístico sustentável das Unidades de Conservação; e

XI - coordenar e monitorar a implementação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, nos termos do Decreto nº 8.505, de 20 de agosto de 2015.

Refletem-se ainda nas principais agendas estabelecidas para o Departamento para o Planejamento Estratégico atual:

Implementação da Meta 11 de Aichi: tal meta prevê que "pelo menos [...] 30% da Amazônia, especialmente áreas de importância particular para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, devem estar conservadas por meio de gerenciamento eficiente e equitativo, ecologicamente representadas, com sistemas bem conectados de áreas protegidas e outras medidas eficientes de conservação baseadas em área, e integradas em mais amplas paisagens terrestres e marinhas".

Sustentabilidade Financeira para o SNUC: o projeto apoiou o desenvolvimento de estudos e mecanismos para sustentabilidade do SNUC na Amazônia cuja implementação está em andamento.

Comunicação e divulgação da importância e benefícios das Unidades de Conservação: o projeto apoia atividades de educação ambiental, comunicação, fortalecimento de cadeias produtivas e turismo, que refletem diretamente na percepção e aumento dos benefícios das UCs para a economia local.

Por fim, informa-se que as ações do Programa contribuem com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – ENDES, cujo eixo ambiental prevê *"Promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com foco na qualidade ambiental como um dos aspectos fundamentais da qualidade de vida das pessoas, conciliando a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e social"*, atuando diretamente no *Índice de performance Ambiental*, uma vez que dentre os indicadores que o compõe estão o indicador de *Proteção de Biomas*, *Índice de proteção de espécies*, *Índice de representatividade*, *Índice de habitat de espécies* e *Perda de cobertura florestal*.

Acrescenta-se que o planejamento atual do Programa prevê a continuidade das ações em andamento pelo Programa, com a execução de R\$ 124 milhões durante o biênio 2019-2020, para expandir e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Amazônia, proteger 60 milhões de hectares, assegurar recursos financeiros para a gestão destas áreas a curto/longo prazo e promover o desenvolvimento sustentável na região.

Sem as ações apoiadas pelo Programa, tais metas estarão comprometidas principalmente para a Amazônia.

13. Ao analisar o Manual Operacional do Programa^[1] (Abril/2017), documento que detalha todo o Programa, inclusive o seu arranjo institucional, verifica-se que o MMA é participante estratégico, cuja atribuição principal é de Coordenador, sendo que o seu *"principal papel é monitorar e assegurar a manutenção e melhoria do avanço técnico para a consolidação de UCs e a manutenção das UCs no longo prazo, assumindo plenamente a responsabilidade pela apresentação de relatórios e análises conforme disposto neste Manual"*. (fl. 12 - MOP). Segundo o documento, são atribuições do MMA:

Detalhamento Dos Órgãos E Entes Públicos Participantes E Executores Do Programa Arpa

5.1 O Ministério do Meio Ambiente

O MMA é o coordenador do Programa ARPA e o seu principal papel é monitorar e assegurar a manutenção e melhoria do avanço técnico para a consolidação de UCs e a manutenção das UCs no longo prazo, assumindo plenamente a responsabilidade pela apresentação de relatórios e análises conforme disposto neste Manual.

Compete ao MMA as seguintes atividades, além de demais atribuições elencadas neste MOP:

- a) Coordenar a execução do Programa ARPA, nos termos do Decreto Nº 8.505 de 20 de agosto de 2015, visando à criação e consolidação de, ao menos, 60 (sessenta) milhões de hectares de UCs no bioma Amazônico, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa;
- b) Promover a articulação entre os OGs das UCs apoiadas pelo Programa ARPA, o GF, o CP e o CFT;
- c) Buscar o aporte de recursos financeiros necessários para a implementação do Programa ARPA no âmbito do Governo Federal, disponibilizados por meio do orçamento anual da União, para atividades nas UCs e pela UCP;
- d) Envidar esforços para viabilizar pessoal adequado, nas UCs e na UCP, para a execução do Programa ARPA;
- e) Presidir e manter o CP; 13
- f) Manter a Unidade de Coordenação do Programa - UCP, para o exercício das atividades de coordenação, acompanhamento e execução do Programa ARPA e que funcionará como

Secretaria Executiva para o CP, responsável pela comunicação entre CP e CFT;

- g) Convocar e manter o Painel Científico de Aconselhamento do Programa – PCA, e coordenar e convocar o Fórum Técnico e a Comissão de Gestores;
- h) Organizar o processo de alocação de recursos nos orçamentos bianuais das UCs em conjunto com o GF;
- i) Revisar os orçamentos bianuais propostos pelas UCs e OGs no que tange à elegibilidade para as metas e os objetivos do Programa;
- j) Consolidar, anualmente, todos os relatórios financeiros e de implementação referentes às UCs apoiadas pelo Programa ARPA, conforme Relatório A do Anexo 2.7;
- k) Monitorar o cumprimento dos planos de consolidação das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- l) Disponibilizar ao CP e ao CFT os dados referentes à alteração da cobertura florestal por UC, ao monitoramento da biodiversidade, as novas UCs criadas e os indicadores de benefícios socioambientais bienalmente;
- m) Elaborar, e apresentar ao CP, o Relatório Compreensivo de Progresso do ARPA, conforme Relatório B do Anexo 2.7, fazendo uso dos dados e análises apresentados pelos OGs;
- n) Elaborar, e apresentar ao CP, o Relatório Bianual de necessidades financeiras do ARPA, conforme Relatório C do Anexo 2.7;
- o) Elaborar o Relatório de Avaliação de Efetividade, a cada cinco anos, conforme Relatório D do Anexo 2.7;
- p) Manter, atualizar e realizar, com apoio do GF, análises regularmente da modelagem de custos e da modelagem financeira do Programa ARPA, conforme Relatório E e F do Anexo 2.7;
- q) Monitorar, em conjunto com os OGs, o cumprimento das Condições de Desembolso, tal como estabelecido no Módulo 2 deste MOP;
- r) Consolidar anualmente o relatório de equipe alocada nas UCs apoiadas pelo Programa ARPA, conforme relatório A;
- s) Zelar pela correta e adequada utilização dos bens adquiridos e doados pelo GF.

14. Percebe-se, portanto, que a participação do MMA no Programa ARPA é de fundamental importância, o que tornou imprescindível a formalização da parceria com o FUNBIO por meio de Acordo de Cooperação.

15. Todavia, no caso dos autos, o papel do MMA é apenas de interveniente, cabendo a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho ao Estado do Amazonas e FUNBIO, seguindo as diretrizes do Manual Operacional do Programa, senão vejamos:

5.3 Os Órgãos Gestores de Unidades de Conservação

O ICMBio é o órgão gestor das UCs federais. Na esfera estadual, o Programa ARPA opera com os OGs dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Os OGs das UCs são os atores-chave para o Programa ARPA, encarregados de, efetivamente, executar todas as atividades necessárias para a consolidação e manutenção das UCs. Assim, constituem atribuições dos OGs, além das demais obrigações descritas neste MOP ou nos ACTs:

- a) Alocar recursos orçamentários para as UCs do Programa ARPA sob seu controle;
- b) Dotar de pessoal as UCs do Programa ARPA sob seu controle, de acordo com os Marcos Referenciais do Programa ARPA e necessidades de gestão das UCs;
- c) Elaborar estudos para a criação de UCs, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa ARPA, e fornecer ao MMA a base cartográfica em formato digital das áreas propostas para apoio do Programa ARPA;
- d) Garantir a consolidação das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- e) Garantir a manutenção das UCs apoiadas pelo Programa ARPA, e a execução das atividades relacionadas a sua administração, bem como a disponibilização de equipes administrativas básicas, tudo de acordo com os Marcos Referenciais aplicáveis;
- f) Elaborar os Planos de Manejo das UCs abarcadas pelo Programa ARPA, bem como disponibilizá-los aos parceiros quando aprovados, conforme este MOP;
- g) Executar os Planos de Manejo das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- h) Implementar os Termos de Compromisso firmados com apoio do Programa ARPA;
- i) Elaborar o detalhamento dos Planos Estratégicos Plurianuais dentro dos tetos orçamentários estabelecidos pelo MMA e pelo CP; 15
- j) Fornecer as informações necessárias para que o GF possa executar os orçamentos bianuais aprovados, bem como informar os locais de entrega e pessoal responsável pelo acompanhamento dos serviços contratados, especificações e termos de referência na forma e com o conteúdo exigidos pelos processos de compras e contratações efetuadas pelo GF;
- k) Prestar, sempre que solicitado, todo e qualquer esclarecimento ao GF e ao MMA, permitindo amplo acesso às informações e documentos, compartilhando mecanismos relacionados à execução do Programa ARPA;
- l) Informar imediatamente ao GF toda e qualquer alteração unilateral e/ou descumprimento dos serviços contratados pelo GF para que o mesmo possa atuar de forma a remediar a situação ou, se for o caso, tomar as medidas legais cabíveis contra os prestadores dos serviços;
- m) Recepcionar os prestadores de serviços contratados pelo GF, supervisionar e fornecer suporte para o adequado cumprimento dos contratos, como acesso à(s) UC(s) (quando

necessário) ou a informações;

n) Acompanhar as atividades de execução dos serviços e zelar pelo seu desempenho nas condições, forma e prazos contratados pelo GF, avaliando seus resultados;

o) Adotar os procedimentos estabelecidos neste MOP;

p) Informar ao GF, por ocasião da realização de viagens necessárias e de acordo com as previsões orçamentárias estabelecidas, os dados dos servidores de seu quadro, de outros órgãos governamentais ou terceiros, que tenham sido destacados para a execução dessas atividades, inclusive informando se são funcionários públicos ou não;

q) Elaborar os Termos de Referência que servirão de base para a contratação dos serviços e as especificações técnicas para a aquisição de bens visando à execução dos Planos Estratégicos Plurianuais;

r) Implementar a gestão da UC de forma participativa, por meio de Conselhos ou dispositivos específicos de cada UC;

s) Proteger e garantir a integridade física das UCs, por meio da alocação das formas de fiscalização e controle disponíveis, e quando necessário solicitar ação supletiva do poder de polícia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA);

t) Viabilizar a participação dos funcionários do OG das UCs nos fóruns, reuniões e treinamentos realizados pelo Programa ARPA;

u) Indicar, em cada UC apoiada pelo Programa, um servidor que será o ponto focal do Programa ARPA na UC;

v) Apoiar a elaboração de relatórios de desempenho de consolidação das UCs e outros documentos necessários para o monitoramento e gestão do Programa ARPA;

w) Implementar o monitoramento de conservação da biodiversidade (incluindo protocolos básicos de biodiversidade, uso de recursos, e integridade da paisagem) e indicadores socioeconômicos nas suas UCs;

x) Preparar relatórios financeiros de contrapartida física e financeira para o MMA; e

y) Prover informações e apoiar a elaboração dos relatórios previstos no anexo 2.7, de acordo com as responsabilidades descritas para cada instituição. (Grifou-se)

16. Nesse sentido, é preciso adequar a Cláusula Terceira, inciso III, pois as competências ali previstas dizem respeito às obrigações do MMA no âmbito de todo o Programa ARPA, já formalizadas no âmbito do Acordo "principal" firmado diretamente entre MMA e FUNBIO (NUP 02000.002272/2002-40).

17. No presente caso, devem constar como obrigações do MMA apenas aquelas ligadas diretamente à execução do Acordo entre o Estado do AM e o FUNBIO. Assim, sugere-se a adequação do item III da Cláusula Terceira, nos seguintes termos:

III - Compete ao Ministério do Meio Ambiente, como interveniente:

a) Coordenar a execução do Programa ARPA;

b) Examinar, avaliar e emitir pareceres sobre os POAs enviados pelos Estados para aprovação pelo Comitê do Programa;

c) Cumprir todas as demais obrigações previstas nos Manuais Operacionais do Programa ARPA.

18. Vale salientar que esta era a redação constante do Acordo inicialmente firmado entre os Estados (Órgãos Gestores de UC's estaduais) e o FUNBIO.

19. Ainda sobre o teor da minuta, sugere-se a inclusão do Decreto n.º 8.505, de 2015 no preâmbulo.

20. Por fim, deve ser juntado pela unidade técnica o Manual Operacional, que segundo a Cláusula Décima Sétima, é parte integrante do Acordo.

III - CONCLUSÃO

21. Ante o exposto, e sem adentrar em apreciações acerca da conveniência e oportunidade, não sujeitos ao crivo desta Consultoria Jurídica, sob o aspecto jurídico-formal o arranjo institucional proposto na minuta do Acordo de Cooperação (SEI 0773775) foi elaborado em consonância com as normas pertinentes à matéria, não havendo obstáculo jurídico para a sua assinatura, desde que atendidas as recomendações dos itens 16, 17, 19 e 20 *supra*.

22. Destaca-se, por fim, o disposto nos Enunciados de Boa Prática Consultiva da Advocacia Geral da União (BPC/AGU) nº04 e 05:

BPC nº 4/2016

A rubrica em minutas de editais, contratos, convênios ou congêneres é formalidade meramente indicativa das folhas efetivamente apreciadas, e não substitui a elaboração da manifestação consultiva destinada a seu exame e aprovação.

BCP nº 5/2016

Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas.

23. Nesse sentido, não há necessidade de devolução dos autos a esta Consultoria Jurídica para análise sobre o atendimento das recomendações do Parecer.

À consideração superior. Em seguida, à Secretaria de Áreas Protegidas e Ecoturismo, para conhecimento.

Brasília, 27 de agosto de 2021.


RODRIGO MAGALHÃES PEREIRA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Aprovo o PARECER n. 00284/2021/CONJUR-MMA/CGU/AGU.
Brasília, 27 de agosto de 2021.

SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000004917202141 e da chave de acesso 774ccdeb

Notas

1.  https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2017/12/Manual-Operacional-do-Fundo-de-Transi%C3%A7%C3%A3o_2017.pdf

Documento assinado eletronicamente por SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 709252823 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY. Data e Hora: 30-08-2021 19:41. Número de Série: 37899407018418184352052481385. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

Documento assinado eletronicamente por RODRIGO MAGALHAES PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 709252823 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): RODRIGO MAGALHAES PEREIRA. Data e Hora: 27-08-2021 09:06. Número de Série: 7345171479123410661. Emissor: AC CAIXA PF v2.
